

A photograph of a man in blue briefs performing a backflip into a wide river. Several wooden canoes are floating nearby. The water is brownish, and the background shows a dense line of green trees.

MEIO AMBIENTE E O PLOA 2021

MAIS UMA PEÇA DO DESMONTE DA
POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

MEIO AMBIENTE E O PLOA 2021

Mais uma peça do desmonte da Política Ambiental Brasileira

Visando contribuir para a compreensão sobre como o desmonte da política ambiental brasileira se expressa no orçamento público, são aqui apresentados dados sobre o PLOA 2021 em tramitação no Congresso Nacional.

Diante do quadro aqui traçado que é, além do mais, reforçado pela crise fiscal e pelo Teto dos Gastos, a tramitação do PLOA 2021 e seu emendamento, que ocorre no período de 01 a 20 de outubro de 2020, revestem-se de elevada importância na defesa da política ambiental brasileira.

OUTUBRO DE 2020

PLOA 2021 para o meio ambiente em números

MMA, Ibama, ICMBio, IJBRJ

Orçamento total para o meio ambiente **cai 9% em relação ao PLOA 2020 e 15% em relação ao orçamento autorizado para 2020.**

Se aprovado como está, **as despesas correntes autorizadas para 2021 serão 22% menores** do que o orçamento autorizado em 2020.

As **despesas que não cabem no Teto dos Gastos** (despesas à condicionadas à aprovação de Medida Provisória) cresceram de R\$ 213 milhões no PLOA 2020 para R\$ 897 milhões no PLOA 2021.

Deste valor de R\$ 897 milhões de despesas condicionadas, **R\$ 100 milhões** são para despesas correntes, com elevado risco de não serem executadas, tanto porque ainda dependerão de MP, quanto porque são despesas não obrigatórias.

Orçamento com e sem despesas condicionadas

PLOA 2020 e 2021

valores em bilhões de reais correntes



Fonte: Siga-Senado
Elaboração: Inesc

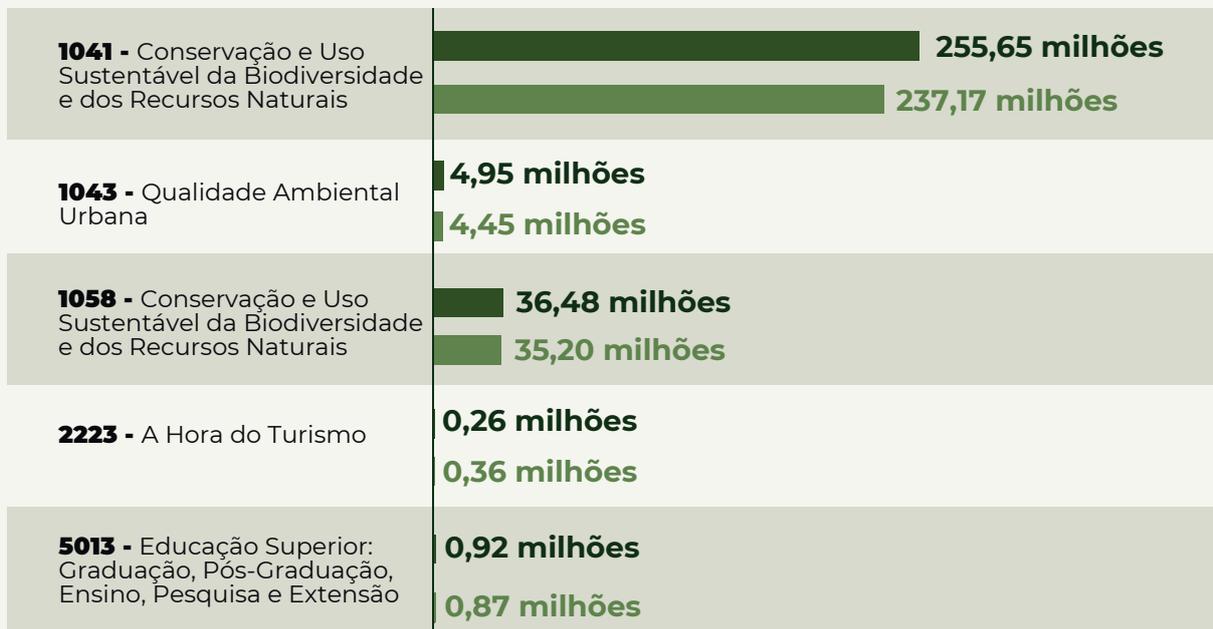
Orçamento destinado aos programas finalísticos

PLOA 2020 e 2021

valores em reais correntes

PLOA 2020

PLOA 2021



Fonte: Siga-Senado
Elaboração: Inesc

Todos os programas finalísticos do MMA e órgãos vinculados tiveram queda no PLOA 2021.

O principal programa orçamentário, “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais (1041)” **perde R\$ 18,5 milhões**.

Dentro deste programa está a principal ação orçamentária do ICMBio: **20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais**. Esta ação prevê apenas R\$ 75 milhões de orçamento autorizado no PLOA 2021 e outros R\$ 21 milhões que ainda dependerão de aprovação de Medida Provisória (condicionados).

O programa **Mudança do Clima** (parte executada pelo MMA) perde R\$ 1,3 milhões.

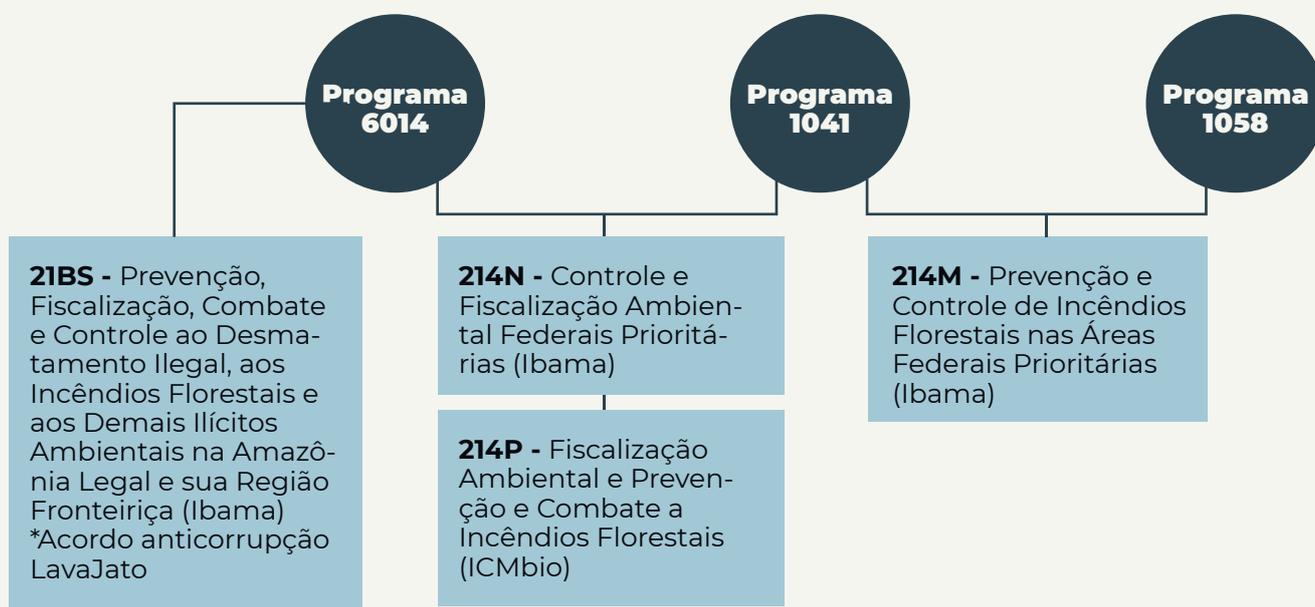
O programa “6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas” que tem R\$ 179 milhões no orçamento de 2020 desaparece no PLOA 2021.

Entendendo a ausência

O Programa 6014 foi incluído no PPA 2020-2023 por meio de emenda parlamentar com a **meta de redução em 90% durante os quatro anos do PPA.**

O Ministro do Meio Ambiente tentou em agosto de 2020, sem sucesso, eliminar esse programa em negociação com o Ministério da Economia (ex-planejamento). Não conseguiu porque o Programa só pode ser suprimido ou alterado por emenda ao PPA.

No PLOA 2021, o governo tenta novamente acabar com o programa, eliminando dotação orçamentária para as ações que estavam vinculadas a ele. Este programa possui três ações orçamentárias:



A ação 21BS desaparece no PLOA 2021. Esta ação foi criada para utilização pelo Ibama das dotações orçamentárias destinadas ao órgão oriundas do acordo anticorrupção da Lava Jato. Como não há novos recursos para 2021, ela foi desconsiderada no PLOA 2021. Vale lembrar que dos R\$ 630 milhões do referido acordo destinados à Amazônia, os militares ficaram com R\$ 530 milhões e o Ibama com apenas R\$ 50 milhões.

A eliminação do programa 6014 no PLOA 2021 é grave, desrespeita o PPA e sinaliza a intenção do governo de se desresponsabilizar pela meta de redução do desmatamento e queimadas.

Redução dos recursos para combate às queimadas e ao desmatamento

As três principais ações orçamentárias de enfrentamento a este problema (214N, 214P, 214M) têm seus recursos reduzidos no PLOA 2021, e caem ainda mais se considerarmos os últimos anos. Se aprovado como está o PLOA 2021, a perda para estas ações, em relação ao orçamento autorizado para 2017, será de R\$ 44 milhões.

O mesmo se verifica em relação à ação 20V9 - Monitoramento da cobertura da terra e do risco de queimadas (MCTI), com perdas expressivas ao longo dos anos.

Ações orçamentárias ligadas ao enfrentamento das queimadas e do desmatamento

Valores autorizados de 2017 a 2020 e PLOA 2021

valores em milhões reais correntes

214P - Fiscalização ambiental e prevenção e combate a incêndios florestais (ICMbio)

Autorizado 2017	R\$27,40
Autorizado 2018	R\$24,99
Autorizado 2019	R\$38,50
2020 (em execução)	R\$19,07
PLOA 2021	R\$22,50

20V9 - Monitoramento da cobertura da terra e do risco de queimadas (MCTI)

Autorizado 2017	R\$4,79
Autorizado 2018	R\$4,63
Autorizado 2019	R\$3,36
2020 (em execução)	R\$3,03
PLOA 2021	R\$2,73

20VU - Políticas e estratégias de prevenção e controle do desmatamento (MMA)

Autorizado 2017	R\$4,28
Autorizado 2018	R\$0,21
Autorizado 2019	R\$0,32
2020 (em execução)	R\$0,00
PLOA 2021	R\$0,00

214M - Monitoramento ambiental, prevenção e controle de incêndios florestais (IBAMA)

Autorizado 2017	R\$48,56
Autorizado 2018	R\$41,43
Autorizado 2019	R\$47,96
2020 (em execução)	R\$38,61
PLOA 2021	R\$29,70

214N - Controle e fiscalização ambiental (IBAMA)

Autorizado 2017	R\$97,06
Autorizado 2018	R\$99,31
Autorizado 2019	R\$107,47
2020 (em execução)	R\$66,12
PLOA 2021	R\$82,90

Fonte: Siga-Senado
Elaboração: Inesc

ICMBio sob ataque

A publicação da Portaria nº 524 de 01 de outubro de 2020 torna pública a intenção política de extinção do ICMBio, sob a forma de uma fusão com o Ibama. Do ponto de vista orçamentário, o desmonte do ICMBio é um processo que vem ganhando espaço a cada ano, mas se acelerou nos últimos dois anos.

O orçamento para o ICMBio previsto no PLOA 2021 representa 44% do orçamento (PLOA) do órgão para 2017. Entre o PLOA 2020 e o PLOA 2021, a perda prevista para o órgão é de R\$ 89,5 milhões.

A ação orçamentária que reúne quase toda atuação finalística do órgão é a **“20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais”**.

Em 2017 a ação teve um orçamento proposto pelo executivo (PLOA) de R\$ 243,5 milhões.

O PLOA previa R\$ 146 milhões para a ação.

O PLOA 2021 prevê apenas R\$ 96 milhões para a ação. Além disto, apenas R\$ 75 milhões seriam aprovados na LOA e outros R\$ 21 milhões ainda dependerão de aprovação de Medida Provisória (recursos condicionados).

O Clima no PLOA 2021

Os recursos do programa de **Mudança do Clima** (1058) estão distribuídos entre o MMA (acima analisado), o Ministério de Ciência e Tecnologia e, também, recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Este Fundo, por sua vez, é executado em parte pelo MMA de forma direta, por meio da ação “Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (20G4)”. Em 2020 o orçamento autorizado é de apenas R\$6,2 milhões (NADA até final de setembro foi empenhado).

A maior parte dos recursos do Fundo Clima é destinada ao BNDES para “Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (20G4)”. Somente em setembro o governo liberou o repasse de R\$ 232 milhões ao BNDES, o Banco, por sua vez, enfrenta dificuldades de execução dos recursos do Fundo Clima.

No PLOA 2021 o governo prevê aumento do repasse de recursos ao BNDES, dos atuais R\$ 232 milhões para R\$ 322 milhões.

Os recursos do Programa Mudança do Clima no MCTI encolhem no PLOA 2021: de R\$ 20,9 milhões no PLOA 2020 eles passaram para R\$ 16,8 milhões.

Considerações finais e recomendações

O desmonte da política socioambiental brasileira tem-se expressado por diversos meios: i) alterações normativas de caráter infralegal; ii) exonerações e nomeações de servidores e de cargos de confiança, com impactos na capacidade institucional dos órgãos de conduzir o dia a dia das políticas; iii) ações que configuram assédio institucional e perseguição envolvendo, entre outras estratégias, remoções de cunho punitivo, o cerceamento à livre manifestação; e iv) decisões políticas de estrangulamento orçamentário e de sua execução ao longo do ano.

Estas últimas expressam tanto restrições de ordem fiscal mais amplas, impostas pelo Teto dos Gastos, quanto a decisão política de restringir com adicional rigor dotações orçamentárias para o meio ambiente e, ainda, não priorizar ou mesmo evitar que recursos extras sejam destinados ao meio ambiente, a exemplo dos recursos oriundos do acordo anticorrupção da Lava Jato, utilizados para estratégia de militarização da política socioambiental na Amazônia, em detrimento do fortalecimento dos órgãos ambientais.

Diante do cenário de rápido desmonte orçamentário e institucional dos órgãos de meio ambiente e da política ambiental, é de extrema relevância que no processo de tramitação do PLOA 2021 sejam reforçadas dotações orçamentárias para ações estratégicas por meio de três sugestões para:



Ampliar recursos para ações-chaves destes órgãos, entre as quais destacamos as ações de combate ao desmatamento (214N, 214P e 214M)

Garantir que sejam restituídos ações e os recursos dentro do Programa “6014 Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas”

Ampliar consideravelmente os recursos na ação orçamentária 20WM, no mesmo patamar previsto em 2019 (com acréscimo, portanto, de pelo menos R\$ 80 milhões sem condicionamento), para garantir a implementação das ações finalísticas do ICMBio e a própria sobrevivência da autarquia.

Subscvem:

Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

Instituto Talanoa

Centro Brasil no Clima

Clímax Brasil

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

Instituto Democracia e Sustentabilidade

Fundação Avina

Fundação Grupo Esquel Brasil - FGEB

FBOMS - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
para Meio Ambiente e Desenvolvimento

Gestos (soropositividade, comunicação, gênero)

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030
(GTSC A2030)

Associação Alternativa Terrazul

Teia Carta da Terra Brasil

Instituto Internacional Arayara

Observatório do Clima

Toxisphera Associação de Saúde Ambiental

AMAR Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária

Cidades Afetivas